



Número 50
Setembro de 2007

Mercado de trabalho e rendimento no Brasil em 2006

DI ESE
DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE
ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS

Mercado de trabalho e rendimento no Brasil em 2006

Apresentação

Nesta sexta-feira, dia 14 de setembro de 2007, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) divulgou os resultados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) referente a 2006, que traz indicadores socioeconômicos para o Brasil e grandes regiões.

O objetivo desta nota é descrever os principais números da Pnad relativos ao mercado de trabalho e os rendimentos. O comportamento destes mesmos temas é também analisado nas regiões metropolitanas, a partir de dados derivados da Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED), realizada pelo DIEESE, Fundação Seade e convênios regionais. Cada pesquisa tem especificidades metodológicas que não permitem comparação direta dos dados. Por exemplo, são diferentes a abrangência geográfica – a Pnad é feita nacionalmente e a PED refere-se a cinco regiões metropolitanas e ao Distrito Federal - e o período de referência para captação dos principais indicadores - na Pnad é realizada em apenas uma semana do mês de setembro, enquanto a PED é realizada mensalmente. Contudo, observa-se que, em termos de tendência, os indicadores caminham na mesma direção.

O mercado de trabalho em 2006 - Pnad

A população de 10 anos ou mais – ou em idade ativa (PIA) cresceu 2,2% entre 2005 e 2006. Também aumentou a população economicamente ativa (PEA), soma dos ocupados e desocupados, porém em menor proporção, 1,4%. Do total da PEA, a maioria estava concentrada na área urbana (83,8%). Por grandes regiões, foi na região Sudeste que se verificou maior incremento da PEA, 2,3%.

Por sua vez, a taxa de participação global, que expressa a relação entre a PEA e a PIA, diminuiu 0,8%, passando de 62,9%, em 2005, para 62,4%, em 2006, indicando que o aumento da população engajada no trabalho (PEA) no país foi inferior à elevação da população de 10 anos e mais.

Em relação à ocupação, a elevação do número de ocupados no Brasil, entre 2005 e 2006, foi 2,4%, ou seja, conseguiram um trabalho aproximadamente 2,1 milhões de pessoas, o que totalizou 89,3 milhões de ocupados, em 2006.

Como o crescimento da ocupação - 2,4% - superou a entrada de pessoas na força de trabalho (PEA) - 1,4% - houve redução do total de desocupados no Brasil (8,3%), totalizando 743 mil a menos.

Houve maior crescimento da população ocupada feminina (3,3%) em relação à masculina (1,8%) e por grandes regiões, as maiores variações no contingente de

ocupados foram verificados na região Sudeste (3,7%), Centro-Oeste (2,4%) e Sul (2,1%).

O número de pessoas na situação de desocupação no mercado de trabalho se reduziu em 8,3%. A taxa de desocupação, calculada pela proporção de desocupados em relação à PEA, passou de 9,3% em 2005 para 8,4% em 2006.

A taxa de desocupação é maior para aqueles que têm mais anos de estudo: 4,1% (sem instrução ou menos de 1 ano de estudo), 5,3% (de 1 a 3 anos), 8,0% (de 4 e 7 anos), 13,1% (de 8 a 10 anos) e 8,3% (mais de 11 anos de estudo). No entanto, entre 2005 e 2006, a redução da desocupação foi maior para quem tem maior instrução.

TABELA 1
Evolução da população em idade ativa, população economicamente ativa, ocupados e desocupados
Brasil e grandes regiões – 2005 e 2006

(em 1.000 pessoas)

Indicador	Totais		Varição
	2005	2006	2005/2006 (%)
PIA	152.916	156.284	2,2
PEA	96.142	97.528	1,4
Ocupados	87.189	89.318	2,4
Desocupados	8.953	8.210	-8,3
Taxa de participação (%)	62,9	62,4	-0,8
Taxa de desocupação (%)	9,3	8,4	-9,7

Fonte: IBGE. Pnad
Elaboração: DIEESE

A proporção de ocupados por grupamento de atividades mostra diminuição de 5,9% no peso do setor agrícola e de 1,1%, no Comércio e reparação, entre 2005 e 2006, e relativa estabilidade da Indústria (-0,7%) e da Construção Civil (0%). O setor de Serviços, responsável em 2006, por empregar 41,5% da população, apresentou elevação para os segmentos de Serviços de alojamento e alimentação (2,7%), educação, saúde e serviços sociais (2,3%) e administração pública (2,0%). Nos Serviços, os ramos que mais empregam são educação, saúde e serviços sociais (9,0% do total de ocupados) e os serviços domésticos (7,6%).

TABELA 2
Distribuição da população ocupada na semana de referência segundo
grupos de atividade do trabalho principal
Brasil e grandes regiões – 2005 e 2006

Grupos de atividade	(em %)		
	2005	2006	2005/2006
Agrícola	20,5	19,3	-5,9
Indústria	14,9	14,8	-0,7
Indústria da Transformação	14,1	14,0	-0,7
Construção	6,5	6,5	0,0
Comércio e reparação	17,8	17,6	-1,1
Alojamento e alimentação	3,7	3,8	2,7
Transporte, armazenagem e comunicação	4,5	4,5	0,0
Administração pública	4,9	5,0	2,0
Educação, saúde e serviços sociais	8,8	9,0	2,3
Serviços domésticos	7,6	7,6	0,0
Outros serviços coletivos	3,8	4,3	13,2
Outras atividades	6,8	7,3	7,4
Atividades mal-definidas ou não declaradas	0,2	0,2	0,0

Fonte: IBGE. Pnad
 Elaboração: DIEESE

Por posição na ocupação, houve aumento da taxa de assalariamento¹ entre os ocupados (de 62,7% para 63,6%) e da formalização do emprego², com crescimento do total de empregados com carteira e dos estatutários em relação ao total de empregados, de 62,7% para 63,5%.

No setor privado, houve elevação do emprego com carteira de trabalho assinada, confirmando a formalização verificada nos dados da PED e do Caged/MTE (Cadastro Geral de Empregados e Desempregados do Ministério do Trabalho e Emprego). Foi estimado em 30,1 milhões o número de trabalhadores com carteira de trabalho assinada em 2006, incluindo os trabalhadores domésticos com carteira, o que representou o acréscimo de 1,33 milhão de trabalhadores no ano. Estes trabalhadores passaram a representar 33,8% da população ocupada. Em 2005, eles representavam 33,1%.

A pesquisa destaca, ainda, que a expansão do emprego com carteira assinada foi verificada em todas as regiões. Apenas na Região Sul não se observou elevação na participação do emprego celetista na população ocupada.

Também houve acréscimo de 1,8% no contingente de assalariados sem carteira de trabalho assinada (inclui os trabalhadores domésticos), estimado em 20,8 milhões, em 2006. Contudo, esse aumento não modificou a participação deste grupo na população ocupada (23,2%). Finalmente, 19 milhões de trabalhadores atuam como conta própria, o equivalente a 21,2% da população ocupada, percentual que não se alterou em relação a 2005.

¹ Relação entre os empregados (ou assalariados) e ocupados.

² Proporção de empregados com registro formal em carteira

TABELA 3
Distribuição da população ocupada na semana de referência segundo posição na ocupação e categoria do emprego
Brasil e grandes regiões – 2005 e 2006

Posição na ocupação	(em %)		
	2005	2006	2005/2006
Empregados	55,1	56,0	1,6
Com carteira	31,1	31,7	1,9
Sem Carteira	17,7	17,7	0,0
Militares e estatutários	6,3	6,6	4,8
Conta-própria	21,6	21,2	-1,9
Empregadores	4,2	4,5	7,1
Trabalhadores Domésticos	7,6	7,6	0,0
Com carteira	2,0	2,1	5,0
Sem Carteira	5,6	5,5	-1,8
Não remunerados	6,8	6,0	-11,8
Trabalhadores na produção para próprio consumo	4,5	4,5	0,0
Trabalhadores na construção para próprio uso	0,0	0,2	
Taxa de assalariamento	62,7	63,6	
Taxa de formalização do emprego	62,7	63,5	

Fonte: IBGE. Pnad
 Elaboração: DIEESE

Quando se considera a posição na ocupação no setor agrícola, verificou-se que a taxa de assalariamento entre os ocupados manteve-se idêntica à proporção de empregados (27,6%) em relação aos ocupados entre 2005 e 2006. No entanto, houve aumento da contratação com carteira assinada, uma vez que a taxa de formalização do emprego cresceu de 32,1% para 33,3%. Assim, a proporção de assalariados com carteira assinada no setor agrícola passou de 8,8%, em 2005, para 9,2%, em 2006.

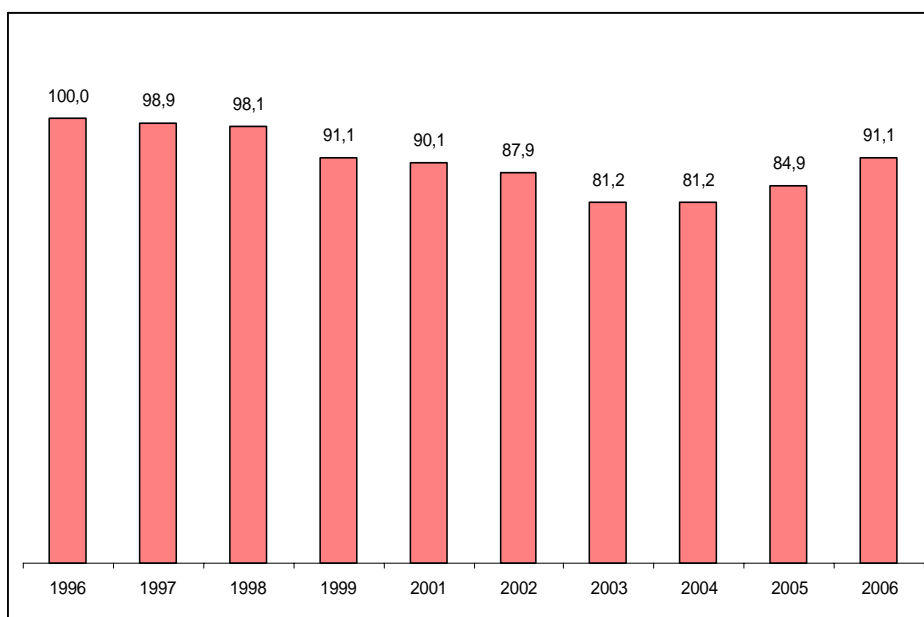
Outros dados caracterizam o mercado de trabalho brasileiro:

- Cerca de 34% dos ocupados trabalharam entre 40 e 44 horas e a proporção daqueles que trabalham mais de 44 horas foi de 36,4% em 2006, parcela semelhante à verificada em 2005.
- Em 2006, o percentual de ocupados que contribuiu para a Previdência Social foi de 48,8%, maior do que os 47,4%, verificado em 2005. Destaca-se que apenas 13,5% dos ocupados do setor agrícola, 29,7% dos ocupados dos Serviços Domésticos e 31,2% da Construção Civil contribuem para a Previdência.
- A taxa de sindicalização foi de 18,6% em 2006, registrando um aumento de 3,7% entre os trabalhadores sindicalizados em relação ao ano anterior.
- Em 2006, 5,1 milhões de crianças e adolescentes de 5 a 17 anos de idade estavam trabalhando no Brasil o que representa 5,7% da população ocupada com 5 anos ou mais de idade. Entre 2005 e 2006, o nível de ocupação das crianças e adolescentes de 5 a 17 anos de idade, diminuiu de 12,2%, em 2005, para 11,5% em 2006. Por sexo, o nível da ocupação dos meninos foi de 14,5% e os das meninas, 8,3%.

2. O Comportamento dos rendimentos em 2006

Por ser a principal parcela na composição do rendimento familiar, torna-se importante compreender a evolução da renda no mercado de trabalho. A evolução do rendimento médio mensal real do trabalho dos ocupados no período 1996 a 2006 revela que até 2003, seu valor caiu continuamente, estabilizando-se em 2004 e mostrando recuperação nos anos de 2005 e 2006. Em 2006, seu valor foi de R\$ 883, equivalente ao verificado para o ano de 1999, e representado 91,1% do rendimento de 1996, ano com maior valor desta série histórica. Entre 2005 e 2006, a variação foi de 7,2%, percentual superior ao verificado entre 2004 e 2005, que foi de 4,6%. Quando se compara os dados da PED e da PNAD sobre variação da renda média da ocupação entre 2005 e 2006 percebe-se que na PED houve um crescimento menor, ou seja, de apenas 2,7%. Esse resultado menor da PED pode estar associado ao comportamento diferenciado do emprego e da renda possivelmente mais favoráveis para as áreas não-metropolitanas, que não são cobertas por esta pesquisa.

GRÁFICO 1
Número-índice do rendimento médio mensal real de todos os
trabalhos dos ocupados. Brasil, 1996-2006



Fonte: IBGE. Pnad
 Elaboração: DIEESE

Quando se analisa o comportamento da renda média por décimos da distribuição de renda, nota-se que ocorreram ganhos para todos os grupos entre 2005 e 2006. O crescimento mais intenso foi verificado entre os grupos mais diretamente afetados pelo valor do salário mínimo. Segundo destaca o IBGE, na Síntese dos Indicadores – 2006, “o ganho real do salário mínimo de 13,3%, em 2006, frente a 2005 foi um dos fatores

determinantes para o resultado observado em termos do crescimento dos rendimentos médios de trabalho no período” (p.69).

O crescimento relativo foi maior para o terceiro e quarto décimos (em negrito, na Tabela), que são as classes que contém a maior frequência do valor do salário mínimo (Tabela 4). O crescimento da renda média observado para os relativamente ricos diminui a intensidade de queda do índice de Gini³ dos rendimentos do trabalho, que para essa distribuição chegou a 0,547, em 2004, 0,544, em 2005, e 0,541 em 2006, representando queda de 0,6%. No período de 1996 a 2006, essa medida de desigualdade apresentou redução de 6,7%.

TABELA 4
Rendimento médio mensal real de todos os trabalhos das pessoas ocupadas,
segundo as classes de percentual das pessoas ocupadas, em ordem crescente
da renda do trabalho.
Brasil, 2005-2006

Classes de percentual das pessoas ocupadas em ordem crescente de rendimento (%)	2005 (em R\$)	2006 (em R\$)	Variação 2005-2006 (em%)
Até 10	86	92	7,0
Mais de 10 a 20	207	225	8,7
Mais de 20 a 30	308	340	10,4
Mais de 30 a 40	330	367	11,2
Mais de 40 a 50	415	437	5,3
Mais de 50 a 60	501	537	7,2
Mais de 60 a 70	624	666	6,7
Mais de 70 a 80	830	886	6,7
Mais de 80 a 90	1.255	1.355	8,0
Mais de 90 a 100	3.683	3.921	6,5
Mais de 95 a 100	5.277	5.592	6,0
Mais de 99 a 100	10.703	11.321	5,8
Total	824	883	7,2

Fonte: IBGE.PNAD
 Elaboração: DIEESE

Essa influência do valor do salário mínimo contribuiu para elevar a participação dos 50% mais pobres na renda total do trabalho declarada na pesquisa, passando de 16,0% em 2004 para 16,6% em 2006. Note-se que, para o Brasil, a fração de renda apropriada pelo 1% mais rico apresentou crescimento em 2005 relativamente a 2004, mas em 2006 sofreu pequena redução, aproximando-se do percentual obtido para 2004 (Tabela 5). Em 1996, a renda apropriada pelos 50% mais pobres na renda do trabalho

³ É o indicador de desigualdade usado para verificar o grau de concentração da renda. Varia no intervalo de 0 a 1. Quanto mais próximo de 1, maior a desigualdade na distribuição e quanto mais próximo de 0, menor a desigualdade.

correspondia a 13,6%, enquanto o 1% mais rico se apropriava de 13,4%, percentuais muito próximos.

TABELA 5
Participação de classes de percentual das pessoas ocupadas na renda total do trabalho
Brasil, 2004-2006

Classes de percentual das pessoas ocupadas em ordem crescente de rendimento do trabalho (%)	% apropriado na renda		
	2004	2005	2006
50% mais pobres	16,0	16,3	16,6
10% mais ricos	44,6	44,7	44,4
5% mais ricos	31,7	32,0	31,7
1% mais rico	12,7	13,0	12,8

Fonte: IBGE. Pnad
 Elaboração: DIEESE

O comportamento da renda do trabalho dos empregados teve papel relevante no crescimento da renda média mensal dos ocupados. Como pode ser observado na Tabela 6, o rendimento dos empregados cresceu 6,7%, entre 2005 e 2006. O aumento mais expressivo foi observado para os funcionários públicos estatutários e militares, alcançando 11,5% no período. Quando se desagrega o rendimento dos ocupados por sexo, nota-se que a renda média do trabalho das mulheres correspondia, em 2005, a 64,5% do rendimento dos homens. Em 2006, a diferença de renda entre homens e mulheres no mercado de trabalho diminuiu, e a renda das mulheres passa a representar 65,6% da dos homens. Para ambos houve variação positiva no rendimento médio, tendo sido maior para as mulheres, o que contribuiu para a redução nas disparidades de rendimento por sexo no mercado de trabalho.

TABELA 6
Rendimento médio mensal real do trabalho dos empregados por categoria de emprego e dos ocupados segundo sexo
Brasil, 2005-2006

Estatística	2005	2006	Varição (%)
Total de empregados	730	779	6,7
Empregados com carteira	828	868	4,8
Empregados sem carteira	420	440	4,8
Estatutários e militares	1.369	1.526	11,5
Mulheres ocupadas	552	604	9,4
Homens ocupados	856	921	7,6

Fonte: IBGE. Pnad
 Elaboração: DIEESE

Estudos indicam que, cerca de 80% da desigualdade de renda observada entre domicílios no país provém da desigualdade no mercado de trabalho. Esse fenômeno é influenciado pelo fato de as pesquisas domiciliares em geral não captarem informações para o rendimento do capital. Sabe-se, também, que a subdeclaração dos rendimentos dos mais ricos é elevada. Portanto, exige-se cautela quanto ao alcance da pesquisa para tratar do tema da desigualdade total existente na sociedade. Desta forma, a queda relativamente pequena na desigualdade do mercado de trabalho tende a refletir em pequena queda na desigualdade de renda domiciliar.

A Tabela 7, a seguir, auxilia na interpretação do comportamento recente da desigualdade de renda domiciliar nas grandes regiões, em 2006. Das cinco regiões brasileiras, apenas a região Nordeste teve o valor do índice de Gini da desigualdade de renda domiciliar aumentado, variando positivamente em 0,9% (2005 = 0,534; 2006 = 0,539). Nas demais regiões houve redução nesta medida de desigualdade: Centro-Oeste (-1,6%), Sul (-1,0%), Sudeste (-0,8%) e Norte (-1,4%). Quando se analisa os dados da Tabela 7, nota-se que apenas o 1% mais rico da Região Centro-Oeste e os 10% mais pobres da Região Norte tiveram queda na sua renda média (-4,1% e -2,8%, respectivamente). A influência do valor do salário mínimo é verificada no crescimento da renda média dos mais pobres de todas as regiões brasileiras, entretanto, o crescimento da renda média do 1% mais rico no Nordeste contribuiu para o aumento no índice de desigualdade de renda domiciliar naquela região. De fato, o crescimento de 20,9% na renda média deste grupo em apenas 1 ano é algo realmente impressionante.

TABELA 7
Variação da desigualdade de renda domiciliar e do rendimento médio mensal real de todos os trabalhos das pessoas ocupadas, segundo classes de percentual das pessoas ocupadas, em ordem crescente da renda do trabalho. Brasil e Grandes Regiões, 2005-2006.

Classes de percentual das pessoas ocupadas, em ordem crescente do rendimento (em %)	Norte			Nordeste			Sudeste			Sul			Centro-Oeste			Brasil		
	2005 (em R\$)	2006 (em R\$)	%	2005 (em R\$)	2006 (em R\$)	%	2005 (em R\$)	2006 (em R\$)	%	2005 (em R\$)	2006 (em R\$)	%	2005 (em R\$)	2006 (em R\$)	%	2005 (em R\$)	2006 (em R\$)	%
Até 10	106	103	-2,8	42	46	9,5	135	145	7,4	135	140	3,7	135	142	5,2	86	92	7,0
Mais de 10 a 20	214	214	0,0	101	108	6,9	293	326	11,3	289	317	9,7	285	310	8,8	207	225	8,7
Mais de 20 a 30	301	319	6,0	163	175	7,4	330	367	11,2	346	377	9,0	309	350	13,3	308	340	10,4
Mais de 30 a 40	309	350	13,3	226	246	8,8	415	435	4,8	423	450	6,4	378	398	5,3	330	367	11,2
Mais de 40 a 50	363	381	5,0	306	338	10,5	497	525	5,6	498	526	5,6	447	480	7,4	415	437	5,3
Mais de 50 a 60	430	453	5,3	309	350	13,3	595	635	6,7	596	640	7,4	546	575	5,3	501	537	7,2
Mais de 60 a 70	528	559	5,9	361	392	8,6	737	773	4,9	740	778	5,1	665	723	8,7	624	666	6,7
Mais de 70 a 80	674	727	7,9	467	514	10,1	966	1.037	7,3	963	1.030	7,0	912	958	5,0	830	886	6,7
Mais de 80 a 90	983	1.060	7,8	706	787	11,5	1.482	1.600	8,0	1.443	1.538	6,6	1.483	1.552	4,7	1.255	1.355	8,0
Mais de 90 a 100	2.700	2.898	7,3	2.366	2.692	13,8	4.177	4.428	6,0	3.842	3.986	3,7	4.425	4.567	3,2	3.683	3.921	6,5
Mais de 95 a 100	3.855	4.071	5,6	3.517	4.032	14,6	5.941	6.276	5,6	5.381	5.610	4,3	6.350	6.496	2,3	5.277	5.592	6,0
Mais de 99 a 100	7.789	8.119	4,2	7.454	9.015	20,9	11.909	12.351	3,7	10.624	11.266	6,0	12.920	12.384	-4,1	10.703	11.321	5,8
Total	660	707	7,1	504	565	12,1	963	1.027	6,6	927	978	5,5	959	1.006	4,9	824	883	7,2
Desigualdade de renda domiciliar (soma dos rendimentos do trabalho e outras fontes)																		
Ano e Variação (%)	2005	2006	%	2005	2006	%	2005	2006	%	2005	2006	%	2005	2006	%	2005	2006	%
Índice de Gini	0,497	0,490	-1,4	0,534	0,539	0,9	0,514	0,510	-0,8	0,491	0,486	-1,0	0,552	0,543	-1,6	0,532	0,528	-0,8

Fonte: IBGE.PNAD
 Elaboração: DIEESE

3.0 mercado de trabalho metropolitano em 2006

Os dados da PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego mostram que houve redução da taxa de desemprego entre 2005 e 2006. A taxa de desemprego total diminuiu de 17,9%, em 2005, para 16,8%, no ano em análise, em decorrência de retrações das taxas de desemprego aberto (de 11,3% para 11,0%) e oculto (de 6,6% para 5,7%). A metodologia diferenciada da PED com captação voltada especificamente para o desemprego torna incompatível a comparação da taxa de desemprego aberto da PED com a de desocupação da Pnad. No entanto, ambas apresentam redução entre 2005 e 2006.

Foram geradas 439 mil novas **ocupações**, o que representou um aumento de 2,9% no nível de ocupação. Este resultado deveu-se ao aumento do nível ocupacional metropolitano nos **Serviços** (280 mil), **Indústria** (50 mil), **Construção Civil** (49 mil), **Comércio** (27 mil) e no agregado **Outros** setores (38 mil). Nos **Serviços Domésticos** foi registrada pequena variação negativa (5 mil).

Por **posição ocupacional**, verificou-se elevação no contingente de assalariados dos setores público (6,6%) e privado (4,8%). Neste último, o desempenho positivo decorreu do aumento, principalmente, entre os assalariados com carteira de trabalho assinada (5,7%) e, em menor medida, entre os sem carteira assinada (1,8%). O trabalho autônomo decresceu 1,2%, enquanto para os empregadores houve expansão de 2,6% em seu nível ocupacional. A PED também captou o movimento de formalização detectado na Pnad.

O rendimento médio real dos ocupados, no conjunto das regiões, apresentou aumento de 2,7% e passou a valer R\$ 1.008, e o dos assalariados elevou-se em 1,8%, passando a equivaler a R\$ 1.083. Entre os trabalhadores autônomos, o rendimento médio aumentou 2,9%, tornando-se equivalente, em 2006, a R\$ 678.

4. Principais destaques da Pnad

- O crescimento da População de 10 anos e mais superou o aumento da População economicamente ativa (desempregados e ocupados).
- Como o crescimento da ocupação - 2,4% - superou a entrada de pessoas na força de trabalho (PEA) - 1,4% - houve redução do total de desocupados no Brasil (8,3%), totalizando 743 mil a menos.
- A taxa de desocupação é maior para aqueles que têm mais anos de estudo: 4,1% (sem instrução ou menos de 1 ano de estudo), 5,3% (de 1 a 3 anos), 8,0% (de 4 e 7 anos), 13,1% (de 8 a 10 anos) e 8,3% (mais de 11 anos de estudo).

- A proporção de ocupados por grupamento de atividades mostra diminuição de 5,9% no peso do setor agrícola e de 1,1%, no Comércio e reparação, entre 2005 e 2006, e relativa estabilidade da Indústria (-0,7%) e da Construção Civil (0%).
- O setor de Serviços, responsável em 2006, por empregar 41,5% da população, apresentou elevação para os segmentos de Serviços de alojamento e alimentação (2,7%), educação, saúde e serviços sociais (2,3%) e administração pública (2,0%)
- Por posição na ocupação, houve aumento do assalariamento no emprego (de 62,7% para 63,6%).
- A tendência de aumento da contratação com carteira de trabalho assinada verificada na PED e o Caged/MTE também foi verificada na Pnad. A taxa de formalização - total de empregados com carteira e dos estatutários em relação ao total de empregados – cresceu de 62,7% para 63,5%. Essa mesma tendência também foi constatada no setor agrícola.
- Cerca de 34% dos ocupados trabalharam entre 40 e 44 horas e a proporção daqueles que trabalham mais de 44 horas foi de 36,4% em 2006.
- Em 2006, a parcela de ocupados que contribuiu para a Previdência Social foi de 48,8%, maior do que os 47,4%, verificado em 2005.
- A taxa de sindicalização foi de 18,6% em 2006, registrando um aumento de 3,7% entre os trabalhadores sindicalizados em relação ao ano anterior.
- Em 2006, 5,1 milhões de crianças e adolescentes de 5 a 17 anos de idade estavam trabalhando no Brasil o que representa 5,7% da população ocupada com 5 anos ou mais de idade. Entre 2005 e 2006, o nível de ocupação das crianças e adolescentes de 5 a 17 anos de idade, diminuiu de 12,2%, em 2005, para 11,5%.
- Queda na desigualdade da renda do trabalho com conseqüente redução da desigualdade na renda domiciliar.
- Crescimento da renda média dos ocupados 7,2%.
- Crescimento da participação dos 50% mais pobres na renda do trabalho, passou de 16,3% para 16,6%.
- A política de salário mínimo contribuiu para o crescimento da renda média dos mais pobres, que foi de 8,1%.
- O rendimento médio da ocupação percebido pelas mulheres se aproximou do dos homens. Em 2005, o rendimento feminino equivalia a 64,5% do masculino e passou para 65,6%, em 2006.

DIEESE

Direção Executiva

João Vicente Silva Cayres – Presidente

Sind. Metalúrgicos do ABC

Carlos Eli Scopim – Vice-presidente

STI. Metalúrgicas de Osasco

Tadeu Moraes de Sousa - Secretário

STI. Metalúrgicas de São Paulo

Antonio Sabóia B. Junior – Diretor

SEE. Bancários de São Paulo

Alberto Soares da Silva – Diretor

STI. Energia Elétrica de Campinas

Zenaide Honório – Diretora

APEOESP

Pedro Celso Rosa – Diretor

STI. Metalúrgicas de Curitiba

Paulo de Tarso G. B. Costa – Diretor

Sind. Energia Elétrica da Bahia

Levi da Hora – Diretor

STI. Energia Elétrica de São Paulo

Carlos Donizeti França de Oliveira – Diretor

Femaco – FE em Asseio e Conservação

do Estado de São Paulo

Mara Luzia Feltes – Diretora

SEE. Assessoria Perícias e Porto Alegre

Célio Ferreira Malta – Diretor

STI. Metalúrgicas de Guarulhos

Eduardo Alves Pacheco – Diretor

CNTT/CUT

Direção técnica

Clemente Ganz Lúcio – diretor técnico

Ademir Figueiredo – coordenador de estudos e desenvolvimento

Nelson Karam – coordenador de relações sindicais

Francisco J. C. de Oliveira – coordenador de pesquisas

Cláudia Fragoso – coordenadora administrativa e financeira

Equipe técnica

Antonio Ibarra

Patrícia Lino Costa

Pedro Neto